

# A evolução da teoria social cognitiva\*

Albert Bandura

---

Este capítulo documenta a evolução da teoria social cognitiva. Antes de traçarmos essa odisséia teórica, será descrito brevemente o princípio básico que fundamenta a teoria. A teoria social cognitiva adota a perspectiva da agência para o autodesenvolvimento, a adaptação e a mudança (Bandura, 2001). Ser agente significa influenciar o próprio funcionamento e as circunstâncias de vida de modo intencional. Segundo essa visão, as pessoas são auto-organizadas, proativas, auto-reguladas e auto-reflexivas, contribuindo para as circunstâncias de suas vidas, não sendo apenas produtos dessas condições.

## A PERSPECTIVA AGÊNTICA DA TEORIA SOCIAL COGNITIVA

A agência humana possui diversas características fundamentais. A primeira delas é a intencionalidade. As pessoas formam intenções que incluem planos e estratégias de ação para realizá-las. A segunda característica envolve a extensão temporal da agência por meio da antecipação. Isso envolve mais do que fazer planos direcionados para o futuro. As pessoas criam objetivos para si mesmas e prevêm os resultados prováveis de atos prospectivos para guiar e motivar seus esforços antecipadamente. O futuro não pode ser a causa do comportamento atual, pois não tem existência material. Porém, por serem representados cognitivamente no presente, os futuros imaginados servem como guias e motivadores atuais do comportamento.

Os agentes não são apenas planejadores e prognosticadores, mas também são auto-reguladores, pois adotam padrões pessoais, monitorando e regulando seus atos por meio de influências auto-reativas. Fazem coisas que lhes trazem satisfação e um sentido de amor-próprio, abstendo-se de atos que levem à autocensura. As pessoas não são apenas agentes da ação. Elas são auto-investigadoras do próprio funcionamento. Por intermédio da autoconsciência funcio-

---

\*Publicado originalmente em: Bandura, A. The evolution of social cognitive theory. In: Smith, K.G.; Hitt, M.A. *Great minds in management*. Oxford University Press, 2005. p. 9-35.

nal, refletem sobre sua eficácia pessoal, a integridade de seus pensamentos e atos, o significado de suas buscas, fazendo ajustes quando necessários. O pensamento antecipatório e a auto-influência fazem parte dessa estrutura causal.

O funcionamento humano está enraizado em sistemas sociais. Portanto, a agência pessoal opera dentro de uma ampla rede de influências socioestruturais. Nessas transações agênticas, as pessoas criam sistemas sociais para organizar, guiar e regular as atividades humanas. As práticas dos sistemas sociais, por sua vez, impõem limitações e proporcionam recursos e estruturas de oportunidade para o desenvolvimento e o funcionamento pessoais. Como decorrência dessa bidirecionalidade dinâmica de influências, a teoria social cognitiva rejeita o dualismo entre a agência pessoal e uma estrutura social desconectada da atividade humana.

## 16 CENTRALIDADE DA MODELAÇÃO\* SOCIAL

O descontentamento com a inadequação das explicações teóricas existentes proporciona o ímpeto para a busca de esquemas conceituais que possam oferecer melhores explicações e soluções para fenômenos importantes. O behaviorismo estava bastante em voga na época em que comecei minha carreira. O processo de aprendizagem ocupava uma posição central nessa forma de teorização, e as análises predominantes da aprendizagem concentravam-se quase inteiramente em aprender por meio dos efeitos dos próprios atos. Os mecanismos explicativos eram colocados em termos de associação entre os estímulos ambientais e as respostas. A teorização behaviorista discordava da realidade social evidente de que grande parte daquilo que aprendemos ocorre por meio do poder da modelação social. Para mim, era difícil imaginar uma cultura cuja língua, moral, costumes e práticas familiares, competências ocupacionais e práticas educacionais, religiosas e políticas fossem moldadas gradualmente em cada novo membro pelas conseqüências reforçadoras e punitivas de seus comportamentos de tentativa e erro. Esse processo tedioso e potencialmente perigoso, no qual os erros têm um custo elevado, era encurtado pela modelação social. Nela, as pessoas padronizam seus estilos de pensamento e comportamento segundo exemplos funcionais de outras pessoas.

Os principais proponentes do behaviorismo, Watson (1908) e Thorndike (1898), rejeitavam a existência da aprendizagem observacional, pois, segundo acreditavam, a aprendizagem exigia executar respostas. A noção da aprendizagem por observação era divergente demais para ser considerada séria. Esse foi um legado durável. Apesar da centralidade e da onipresença da modelação social na vida cotidiana, não havia pesquisas sobre os processos de modelação

---

\*N. de R.T. No Brasil, a palavra *modelação* tem sido a tradução de *modeling*, na perspectiva da teoria social cognitiva. Já a palavra *shaping* tem sido traduzida como modelagem, inserida no referencial da análise do comportamento.

até que Miller e Dollard publicaram *Social learning and imitation*, em 1941. Os autores reconheciam fenômenos de modelação, mas os interpretavam como um caso especial de aprendizagem por discriminação. Um modelo fornece uma pista social, o observador executa uma resposta correspondente, e esse reforçamento fortalece a tendência de comportar-se de forma imitativa.

Considero essa concepção seriamente deficiente no que diz respeito aos determinantes, mecanismos e limites da aprendizagem observacional. Criamos um programa de pesquisas sobre aprendizagem observacional, tal qual ela normalmente ocorre, na ausência de comportamentos reforçados, e testamos os determinantes da aprendizagem observacional e os mecanismos pelos quais ela se dá.

Em um capítulo intitulado *Vicarious processes: a case of no-trial learning* (Bandura, 1965), apresento os resultados de nossos estudos, que mostram que a aprendizagem observacional não exige respostas ou reforçamento. A modelação social ocorria por meio de quatro subfunções cognitivas, abrangendo processos de atenção, representação, tradução ativa e processos motivacionais (Bandura, 1971a). Fui bastante criticado pelos defensores do condicionamento operante, cujo sistema explicativo não aceitava a modelação sem reforçamento (Baer, Peterson e Sherman, 1967), que afirmavam que o reforço de certas respostas de igualação estabeleceria a imitação como um reforçador condicionado.

Realizamos pesquisas demonstrando que a imitação generalizada é governada por crenças sociais e expectativas de resultados, em vez de por liberação de reforçamento (Bandura e Barab, 1971). Quando o valor funcional do comportamento modelado foi variado de maneira sistemática, as crianças adotaram fielmente o comportamento de um modelo feminino que as recompensava por fazerem-no, mas logo ignoraram o comportamento de um modelo masculino que não lhes fornecia recompensas. Quando se variou a discriminabilidade do comportamento modelado e recompensado, as crianças adotaram respostas motoras recompensadas, discrimináveis. Elas pararam de imitar as respostas verbais discrimináveis como não-recompensadas, mas imitaram as respostas não-recompensadas que não tinham características que as tornassem facilmente discrimináveis das outras classes de respostas recompensadas.

Nas ocasiões em que as crianças modelaram o comportamento discriminável na classe não-recompensada, essa tendência esteve muito mais sob o controle cognitivo. Algumas crianças acreditavam que o modelo exigia (“*eu achava*”), outras faziam imitações não-recompensadas na esperança equivocada de que o modelo que não recompensava se tornasse mais benéfico (“*eu achava que se eu continuasse a tentar muitas vezes, ele se acostumaria e começaria a dar balas, como a moça*”), enquanto outras agiam como cientistas experientes, testando hipóteses sobre as contingências resultantes, alterando o seu comportamento sistematicamente e observando os resultados (“*às vezes eu fazia e às vezes não, para ver se ganhava uma bala*”). É muito para reforçadores condicionados.

Alguns teóricos tendem a se concentrar seletivamente em explicar a cognição humana ou a ação humana. Como resultado, os mecanismos que governam a tradução de pensamentos para desempenhos proficientes têm recebido pouca atenção. O sistema de conhecimento dual (Anderson, 1980) – combinando o conhecimento declarativo com o procedural que incorpora regras de decisão para resolver tarefas – foi amplamente adotado como solução para o problema da tradução. Explicar a aquisição de competências em termos do conhecimento factual e metodológico talvez seja adequado para a resolução de problemas cognitivos, em que as ações de implementação são bastante simples. Contudo, para se desenvolver proficiência em estilos complexos de comportamento, o conhecimento procedural não é suficiente. É necessário usar operações auto-reguladoras multifacetadas e sistemas de *feedback* corretivos, pelos quais as estruturas de conhecimento são convertidas em desempenhos proficientes. Por exemplo, um novato que recebe informações factuais sobre como esquiar, juntamente com um conjunto completo de regras de procedimento e depois se lança montanha abaixo provavelmente acabará em uma clínica ortopédica ou na unidade de tratamento intensivo de um hospital local.

Criamos uma série de experimentos para testar a noção de que a tradução comportamental ocorre por meio de um processo de concepções de igualação (Carroll e Bandura, 1982, 1985, 1987, 1990). As representações cognitivas transmitidas por meio de modelação servem como guias para a produção de desempenhos hábeis e como padrões para fazer ajustes corretivos no desenvolvimento da proficiência comportamental. Geralmente, as habilidades são aperfeiçoadas com repetidos ajustes corretivos na igualação de concepções durante a produção do comportamento. A ação controlada, com *feedback* instrutivo, serve como um veículo para converter concepções em desempenhos proficientes. O *feedback* que acompanha as ações proporciona as informações necessárias para detectar e corrigir diferenças entre concepções e ações. Dessa forma, o comportamento é modificado com base nas informações comparativas, de maneira que as competências desejadas sejam dominadas. Os resultados desses experimentos contribuíram para o nosso entendimento de como as representações cognitivas, realizações monitoradas e o *feedback* instrutivo atuam em conjunto no desenvolvimento de competências.

O valor de uma teoria psicológica não é julgado apenas por seu poder explicativo e preditivo, mas por seu poder prático para promover mudanças no funcionamento humano. A teoria social cognitiva é facilmente indicada para aplicações sociais, pois especifica determinantes modificáveis e a maneira como estes devem ser estruturados, com base nos mecanismos pelos quais operam. O conhecimento de processos de modelação oferece orientações informativas sobre como proporcionar que as pessoas efetuem mudanças pessoais, organizacionais e sociais (Bandura, 1969, 1997; Bandura e Rosenthal, 1978).

## **CORRIGINDO CONCEPÇÕES ERRÔNEAS SOBRE A NATUREZA E OS LIMITES DA MODELAÇÃO**

Havia diversas concepções errôneas arraigadas a respeito da natureza e dos limites da modelação, que podiam desestimular as pesquisas e as aplicações sociais dessa poderosa forma de aprendizagem. Portanto, o progresso nessa área exigia pesquisas projetadas não apenas para elucidar os determinantes e mecanismos da modelação social, mas também para interromper as concepções erradas.

Uma dessas concepções equivocadas era que a modelação, interpretada como “imitação”, somente produziria mimetismo de resposta. Modelos geralmente diferem em conteúdo e outros detalhes, mas expressam o mesmo princípio subjacente. Para citar um exemplo simples, a forma passiva de linguagem pode ser expressa em qualquer tipo de afirmação. Pesquisas sobre modelação abstrata (Bandura, 1986; Rosenthal e Zimmerman, 1978) mostram que a modelação social implica abstrair as informações transmitidas por certos modelos sobre a estrutura e os princípios subjacentes que governam o comportamento, em vez do simples mimetismo de resposta de exemplos específicos. Quando os indivíduos apreendem o princípio condutor, eles podem usá-lo para produzir novas versões do comportamento, que vão além do que viram ou ouviram, e podem adaptar o comportamento para adequá-lo a mudanças em determinadas circunstâncias. Dessa forma, por exemplo, habilidades gerenciais genéricas, desenvolvidas por meio da modelação e de ações orientadas com *feedback* instrutivo, aperfeiçoam o funcionamento gerencial que, por sua vez, reduz o absenteísmo e a rotatividade dos funcionários e aumenta o nível de produtividade organizacional (Latham e Saari, 1972; Porras et al., 1982).

Outra concepção errônea, e que exige correção, sustenta que a modelação é oposta à criatividade. Conseguimos mostrar como a inovação pode emergir por intermédio da modelação. Quando expostos a modelos que diferem em seus estilos de pensamento e de comportamento, observadores raramente criam seus padrões de comportamento com base em uma única fonte e não adotam todos os atributos, mesmo de seus modelos preferidos. Pelo contrário, os observadores combinam diversos aspectos de diferentes modelos em novos amálgamas que diferem das fontes modeladas por um modelo individual (Bandura, Ross e Ross, 1963). Assim, dois observadores podem criar novas formas de comportamento inteiramente por meio da modelação, misturando seletivamente características distintas dos diferentes modelos.

A modelação aparecia para promover a criatividade de duas maneiras principais. Modos não-convencionais de pensar aumentam o caráter inovador nas pessoas (Harris e Evans, 1973; Gist, 1989). Geralmente a criatividade implica sintetizar o conhecimento existente em novas maneiras de pensar e de fazer as coisas (Bandura, 1986). As organizações promovem muito a modelação

seletiva daquilo que consideram efetivo (Bolton, 1993). As pessoas são perceptivas demais e não têm o tempo e os recursos necessários para continuar reinventando as características básicas de sistemas, serviços e produtos bem-sucedidos. Elas adotam elementos vantajosos, fazem melhorias neles, os sintetizam em novas formas e os adaptam a suas circunstâncias específicas. Essas linhas de pesquisa proporcionam novas visões sobre como a modelação pode realmente ser a mãe da inovação.

Existe outra concepção errônea freqüente sobre os limites da modelação. Muitas atividades envolvem habilidades cognitivas sobre como adquirir e usar informações para resolver problemas. Os críticos argumentam que a modelação não pode construir habilidades cognitivas porque os processos de pensamento são encobertos e não se refletem de maneira adequada em ações modeladas, que são os produtos finais das operações cognitivas. Essa era uma limitação da visão conceitual, em vez de uma limitação inerente à modelação.

Meichenbaum (1984) demonstrou que as habilidades cognitivas podem ser facilmente promovidas por modelação verbal, na qual os modelos verbalizam, em voz alta, suas estratégias de raciocínio à medida que executam atividades na resolução de problemas. Dessa forma, tornam-se observáveis os pensamentos que orientam suas decisões e ações. Durante a modelação verbal, os modelos verbalizam seus processos de pensamento e, à medida que avaliam o problema, procuram informações relevantes para ele, produzem soluções alternativas, pesam os resultados prováveis associados a cada alternativa e selecionam a melhor maneira de implementar a solução escolhida. Eles também verbalizam as estratégias que usam para lidar com dificuldades, corrigir erros e motivar a si mesmos. A modelação cognitiva se mostrou mais adequada para aumentar a auto-eficácia percebida e criar outras habilidades cognitivas mais complexas e inovadoras do que os métodos tutoriais comuns (Gist, 1989; Gist, Bavetta e Stevens, 1990; Gist, Schwoerer e Rosen, 1989; Debowski, Wood e Bandura, 2001).

## **A FORÇA E O ALCANCE DA MODELAÇÃO SIMBÓLICA**

Uma fonte crescente e influente de aprendizagem social é a modelação simbólica global e variada que ocorre por meio da mídia eletrônica. Uma importante vantagem da modelação simbólica é que ela pode transmitir de forma simultânea uma variedade virtualmente ilimitada de informações para uma vasta população em locais bastante dispersos. Os extraordinários avanços observados na tecnologia de comunicações têm transformado a natureza, o alcance, a velocidade e os locais de influência humana. Esses avanços tecnológicos alteraram radicalmente o processo de difusão social. Sistemas de vídeo alimentados por satélites de telecomunicações se tornaram o meio dominante para disseminar ambientes simbólicos. Novas idéias, valores e estilos de conduta espalham-se muito rápido em todo mundo, de maneira que promovem uma consciência globalmente distribuída. A internet possibilita o acesso co-

municativo instantâneo a todo mundo. Isso torna a modelação eletrônica um poderoso veículo para mudanças transculturais e sociopolíticas (Bandura, 2002a; Braithwaite, 1994).

Nessa função ampliada da difusão social de inovações por meio de modelação simbólica, integrei a teoria social cognitiva ao conhecimento da teoria das redes sociais (Bandura, 1986, 2001; Rogers, 1995). As influências sociocognitivas instruem as pessoas em novas idéias e práticas e as motivam a adotá-las. Redes sociais multiconectadas proporcionam o caminho potencial para a difusão, pelo qual se espalham e são assistidas.

Por intermédio de uma parceria cooperativa (Bandura, 2002), a abordagem social cognitiva combinou três componentes principais em um modelo para promover mudanças no âmbito da sociedade. O primeiro componente é um *modelo teórico* que especifica os determinantes da mudança psicossocial e os mecanismos pelos quais produzem seus efeitos, esse conhecimento proporciona os princípios condutores. O segundo componente é um *modelo de tradução e implementação*, que converte princípios teóricos em um modelo operacional inovador. Ele especifica o conteúdo, as estratégias de mudança e o modo de implementação.

Geralmente, os modelos de mudança psicossociais efetivos têm impacto social limitado, devido aos sistemas inadequados para a difusão social. Como resultado, não tiramos proveito de nossos sucessos. O terceiro componente é um *modelo de difusão social* de como promover a adoção de programas psicossociais em meios culturais diversos. Cada um desses componentes tem uma função singular, que exige diferentes tipos de habilidades. As aplicações da teoria social cognitiva na África, Ásia e América Latina para aliviar alguns dos problemas globais mais urgentes documentam como essas três funções competentes evoluíram, formando um poderoso modelo para a mudança social (Bandura, 2002, no prelo).

Há aproximadamente 40 anos, usei a modelação de novos estilos físicos e verbais de agressividade tendo um João-bobo como veículo para estudar os mecanismos da aprendizagem observacional. O João-bobo me segue aonde eu for. Nossas fotografias ainda são publicadas em cada texto introdutório de psicologia, e praticamente todo estudante de graduação cursa introdução à psicologia. Não faz muito, registrei-me em um hotel em Washington e o atendente perguntou: “*Você não é o psicólogo que fez o experimento com o João-bobo?*”. Respondi: “*Creio que esse será o meu legado.*”, ao que ele respondeu: “*Essa situação precisa melhorar. Vou colocá-lo na parte calma do hotel.*”. Outro dia, eu estava passando pela alfândega canadense em Vancouver e uma agente olhou meu passaporte e perguntou: “*Não foi você que fez o estudo com o João-bobo?*”. Ela havia se formado em psicologia na universidade de British Columbia.

Um dia pela manhã, recebi uma ligação de Miguel Sabido, um produtor da Televisia, da Cidade do México. Ele explicou que estava filmando uma série longa baseada nos princípios da modelação para promover a alfabetização nacional e o planejamento familiar no México (Sabido, 1981). Esses progra-

mas de televisão dramatizam a vida cotidiana das pessoas e os problemas que elas têm que enfrentar. Os dramas ajudam os espectadores a enxergar uma vida melhor e proporcionam-lhes estratégias e incentivos que possibilitam que dêem os passos necessários para alcançá-la.

A teoria social cognitiva proporcionou o modelo teórico. Sabido criou o modelo genérico de tradução e implementação. Com base no sucesso demonstrado dessa abordagem macrossocial, a *Population Communication International*, sediada em Nova York, projetou o modelo de difusão social (Poindexter, 2004). Eles fornecem os recursos, a orientação e o apoio técnico ao pessoal da mídia nos países participantes para criar séries adequadas a suas culturas e aos problemas com os quais estão lutando. Essas aplicações globais promovem a alfabetização nacional, e o planejamento familiar em países com grande crescimento populacional, elevando o *status* das mulheres em sociedades que as marginalizam ou subjagam, limitando a disseminação da infecção por HIV/AIDS, promovendo a conservação do meio ambiente e, de outras maneiras, melhorando a vida das pessoas (Bandura, 2002, no prelo).

Muitas vezes, citamos exemplos das ciências naturais e biológicas, em que a busca pelo conhecimento em si traz benefícios humanos imprevistos. Depois de 40 anos e por meio de parcerias interdisciplinares, o conhecimento adquirido com os primeiros experimentos de modelação produziu aplicações globais inimagináveis para aliviar alguns dos problemas globais mais urgentes.

## **O EXERCÍCIO DA AGÊNCIA POR MEIO DE CAPACIDADES DE AUTO-REGULAÇÃO**

Durante a era behaviorista, presumia-se que a aprendizagem ocorresse por meio do condicionamento clássico e instrumental. De acordo com essa concepção, a motivação era regulada por um funcionalismo bruto, baseado em conseqüências reforçadoras e punitivas. Essa abordagem apresentava uma imagem truncada da natureza humana, devido às capacidades auto-reguladoras das pessoas em afetar os seus processos de pensamento, de motivação, de estados afetivos e de ações, por meio da influência autodirigida. Como parte do desenvolvimento da teoria da agência do comportamento humano, foi criado um programa de pesquisa voltado para elucidar a aquisição e o funcionamento das capacidades de auto-regulação (Bandura, 1971a, 1986). Antes de revisar o desenvolvimento desse aspecto da teoria social cognitiva, descreverei experiências pessoais que informaram minha teorização e experimentação com relação aos mecanismos auto-reguladores.

Os teóricos muitas vezes se encontram em um apuro egocêntrico desconcertante, afastando-se da teoria que desenvolvem para explicar como os outros agem. Por exemplo, Skinner afirmava que os seres humanos são moldados e controlados por forças do ambiente. Conforme colocou: “o homem não age sobre o ambiente. O ambiente age sobre ele”. Todavia, ele exortava as pessoas a se tornarem agentes da mudança e a moldarem sua sociedade, apli-



cando fielmente os seus métodos de condicionamento operante. É divertido ver pós-modernistas radicais defendendo de forma decisiva a certeza da sua visão de que não existe uma visão certa.

A teoria agêntica do autodesenvolvimento e funcionamento humanos aplica-se igualmente ao caminho trilhado. Cresci em uma pequena localidade, Mundare, no norte de Alberta, no Canadá. Infelizmente, a única escola da cidade não tinha muitos recursos educacionais. Como dois professores precisavam lecionar todo currículo do ensino médio, eles muitas vezes não estavam bem-informados sobre temas fundamentais. Uma vez, furtamos o livro de respostas de trigonometria, fazendo com que a disciplina terminasse abruptamente. Precisávamos assumir o controle do nosso aprendizado. A aprendizagem autodirigida era o modo de autodesenvolvimento acadêmico, e não uma abstração teórica. A carência de recursos educacionais tornou-se um fator capacitante, que me serviu bem, em vez de um fator debilitante insuperável. O conteúdo das disciplinas é perecível, mas as habilidades auto-reguladoras têm um valor funcional duradouro.

Durante as férias escolares de verão, meus pais, que não tinham escolarização formal, mas valorizavam muito a educação, estimulavam-me a procurar experiências além dos confins dessa vila. Trabalhei em uma fábrica de móveis em Edmonton, e as habilidades que adquiri ajudaram a me sustentar na faculdade, trabalhando meio expediente.

Durante outras férias de verão, fui para o Yukon, onde trabalhei em um dos acampamentos que mantinham a estrada do Alaska, impedindo-a de afundar nos pântanos. No acampamento havia uma mistura interessante de personagens, como cobradores, oficiais de condicional, militares e ex-esposas furiosas que exigiam o pagamento de pensão. O álcool era o principal nutriente, e eles produziam o que bebiam. Uma manhã, eles saíram cedinho em júbilo para destilar sua mistura fermentada, retornando mais tarde profundamente decepcionados. Os ursos haviam feito uma festa com a mistura alcoólica, e era possível ver ursos animados cambaleando bêbados pelo acampamento. Felizmente, estavam sem coordenação para fazer muitos danos. A vida nessa subcultura fronteiriça de bêbados e jogadores elevava o valor do desembaraço e da iniciativa para a sobrevivência, proporcionado-me uma perspectiva singularmente ampla da vida.

Em busca de um clima mais saudável, matriculei-me na universidade de British Columbia, em Vancouver. Na falta da moeda do lugar, trabalhava em uma marcenaria pela tarde e cursava uma pesada carga de disciplinas para me formar logo. Matriculei-me no programa de doutorado da universidade de Iowa, que era o centro da teoria hulliana, a orientação teórica dominante em psicologia na época. Iowa nos equipou com os valores e ferramentas necessários para sermos cientistas produtivos, independentemente do caminho futuro de nossas buscas acadêmicas. Após concluir meus estudos de doutorado, entrei para o corpo docente da universidade de Stanford. Sentia-me abençoado com meus colegas ilustres, estudantes talentosos e um etos universitário que aborda a

erudição não como uma questão de publicar ou perecer, mas com a perplexidade de que a busca do conhecimento deve requerer coerção. Stanford proporcionava uma liberdade considerável para se ir aonde a curiosidade pudesse levar.

O exercício da agência pessoal sobre a direção em que o indivíduo leva sua vida varia, dependendo da natureza e da flexibilidade do ambiente. O ambiente não é monólito imposto de forma unidirecional sobre os indivíduos. Ambientes operativos assumem três formas diferentes: as *impostas*, as *selecionadas* e as *criadas*. Há um ambiente físico e socioestrutural que é imposto sobre as pessoas, gostem elas ou não. As pessoas não têm muito controle sobre a sua presença, mas têm liberdade na maneira como o interpretam e reagem a ele.

Para a maioria, o ambiente é apenas uma potencialidade, com possibilidades e impedimentos, além de aspectos reforçadores e punitivos. O ambiente não existe até ser selecionado e ativado por ações adequadas. Isso constitui o ambiente selecionado. Dessa forma, a parte do ambiente potencial que se tornará o ambiente que o indivíduo experimenta verdadeiramente depende daquilo que as pessoas fazem e selecionam dele. Dado o mesmo ambiente potencial, indivíduos com um sentido elevado de eficácia concentram-se nas oportunidades que ele proporciona, ao passo que aqueles cuja auto-eficácia é baixa enfatizam problemas e riscos (Krueger e Dickson, 1993, 1994).

Finalmente, existe o ambiente que é criado. Ele não existe como uma potencialidade, esperando para ser selecionado e ativado. Pelo contrário, as pessoas criam a natureza de suas condições para servir a seus propósitos. Diferentes graus de flexibilidade ambiental exigem níveis crescentes de agência pessoal, variando da agência cognitiva interpretada à agência de seleção e ativação e à agência criadora. As crenças das pessoas em sua eficácia pessoal e coletiva desempenham um papel influente na maneira como organizam, criam e lidam com as circunstâncias da vida, afetando os caminhos que tomam e o que se tornam.

Em vista da escassez de recursos educacionais e às influências normativas preponderantes no meio rural, os indicadores psicológicos usados provavelmente preveriam que eu passaria os dias trabalhando nos campos do norte de Alberta, jogando bilhar e me embebedando no bar, que era o principal passatempo. Segundo uma perspectiva não-agêntica, eu não teria ido para a faculdade, não teria feito doutorado, não estaria lecionando no meio das perfumadas palmeiras da universidade Stanford e não estaria escrevendo este capítulo.

A trajetória de uma carreira tem muitos co-autores, e houve muitos pontos de mudança em que outras pessoas tiveram influência em minha carreira. O indivíduo tem muitas atitudes voluntárias para exercer um grau de controle sobre o autodesenvolvimento e as circunstâncias de sua vida, mas existe muito acaso nos rumos que as vidas tomam. De fato, alguns dos determinantes mais importantes nas histórias da vida ocorrem nas circunstâncias mais triviais. As pessoas muitas vezes são levadas a novas trajetórias de vida, relações maritais ou carreiras ocupacionais por meio de circunstâncias fortuitas (Austin, 1978; Bandura, 1986; Stagner, 1981).

Um evento fortuito é um encontro involuntário entre pessoas desconhecidas. Embora a cadeia de eventos em um encontro fortuito tenha seus determinantes causais, a intersecção ocorre de forma fortuita, em vez de ser parte de um plano (Nagel, 1961). Um evento insignificante e aparentemente fortuito pode movimentar constelações de influências que alteram o rumo da vida. Esses processos ramificados alteram a linearidade, a continuidade e o gradualismo das trajetórias de vida. A profusão de cadeias de eventos na vida cotidiana proporciona inúmeras oportunidades para essas intersecções fortuitas. Isso complica imensamente a previsão do comportamento humano.

Eventos fortuitos levaram-me para a psicologia e para minha relação marital. Inicialmente, eu planejava estudar ciências biológicas. Eu pegava carona com alguns estudantes de medicina e engenheiros que haviam se matriculado em aulas em um horário desumano. Enquanto esperava por uma aula de inglês, comecei a folhear um catálogo de disciplinas deixado na mesa da biblioteca e encontrei uma disciplina de introdução à psicologia que serviria para preencher essa espera. Matriculei-me na disciplina e encontrei a minha futura profissão. Foi durante meus anos de pós-graduação, na universidade de Iowa, que encontrei minha esposa, em um encontro fortuito. Um certo domingo, eu e um amigo nos atrasamos para chegar ao campo de golfe e tivemos que esperar os horários da tarde. Havia duas mulheres na nossa frente, que estavam ficando para trás. Nós as estávamos alcançando. Em seguida, havíamos nos tornado um quarteto genial.

Conheci minha esposa em uma armadilha de areia. Nossas vidas teriam tomado rumos totalmente diferentes se eu tivesse chegado na hora marcada.

Alguns anos atrás fiz uma palestra na Western Psychological Convention sobre a psicologia dos encontros fortuitos e caminhos de vida (Bandura, 1982). Na convenção do ano seguinte, o editor contou que havia entrado no auditório quando já estava quase cheio e sentou-se em uma cadeira vazia, perto da porta, ao lado da mulher com a qual iria se casar na semana seguinte. Com apenas uma mudança mínima no momento da entrada, teriam sentado em lugares diferentes e essa intersecção não teria ocorrido. Assim, uma parceria marital se formou fortuitamente em uma palestra sobre os determinantes fortuitos dos caminhos de vida!

As influências fortuitas são ignoradas na estrutura causal das ciências sociais, mesmo que desempenhem um papel importante nos rumos da vida. A maioria dos eventos fortuitos não toca as pessoas, outros têm alguns efeitos duradouros e outros ainda levam as pessoas a novas trajetórias de vida. A ciência psicológica não tem muito a dizer sobre a ocorrência de intersecções fortuitas, exceto que as tendências pessoais, a natureza dos ambientes em que circulamos e os tipos de pessoas que habitam esses ambientes tornam certos tipos de intersecções mais prováveis do que outros. As influências fortuitas podem ser imprevisíveis, mas, após ocorrerem, elas se tornam fatores que contribuem em cadeias causais da mesma forma que as influências preconcebidas. A psicologia pode adquirir conhecimento para prever a natureza, o alcan-

ce e a força do impacto que esses encontros têm sobre as vidas humanas. Levei o caráter fortuito da vida a sério, produzi um esquema conceitual preliminar para prever o impacto psicossocial desses eventos e especifiquei maneiras em que as pessoas podem capitalizar agenticamente as oportunidades fortuitas (Bandura, 1982, 1998).

A casualidade não implica falta de controle de seus efeitos. As pessoas podem fazer as coisas acontecerem, buscando uma vida ativa que aumente o número e o tipo de encontros fortuitos que terão. O acaso favorece os inquisitivos e os aventureiros, que freqüentam lugares, fazem coisas e exploram novas atividades. As pessoas também fazem o acaso trabalhar para elas, cultivando seus interesses, possibilitando crenças e competências. Esses recursos pessoais possibilitam que tirem o máximo das oportunidades que surgem de forma inesperada. Pasteur colocou isso muito bem quando disse que: “o acaso somente favorece as mentes preparadas”. O autodesenvolvimento ajuda as pessoas a moldarem as circunstâncias de suas vidas. Essas diversas atividades proativas ilustram o controle da casualidade por meio da agência.

Em nossa investigação da natureza do autocontrole, nossos estudos de laboratório exploraram os mecanismos da auto-regulação. Nossas aplicações sociais traduziram a teoria para a prática (Bandura, 1986, 1997). Para exercer influência sobre si mesmos, os indivíduos devem monitorar o seu comportamento, julgá-lo em relação a algum padrão pessoal de mérito e reagir a ele, auto-avaliando-se. Alguns dos estudos esclareceram como os padrões pessoais são criados a partir de uma variedade de influências sociais. Outros documentaram o poder regulador das influências auto-reativas. Os modelos racionais do comportamento humano sugerem a centralidade da agência, mas mesmo eles proporcionaram uma visão truncada da auto-regulação, baseada na metáfora do mercado. Dizia-se que o comportamento é regulado pelo auto-interesse, considerado quase totalmente segundo custos e benefícios materiais. Demonstramos que a motivação e as realizações humanas não são governadas apenas por incentivos materiais, mas por incentivos sociais e auto-avaliativos, ligados a padrões pessoais. As pessoas normalmente aceitam alternativas de pouca utilidade ou até sacrificam os ganhos materiais para preservar sua autoconsideração positiva. Alguns dos nossos estudos analisaram a auto-regulação em condições de conflito, nas quais os indivíduos são recompensados por comportamentos que desvalorizam ou são punidos por atos que valorizam pessoalmente. Os não-conformistas que têm princípios se encontram muitas vezes na segunda situação. Seu sentido de valor pessoal está tão voltado para certas convicções que eles se submetem a abusos, em vez de cederem a algo que consideram injusto ou imoral.

Os defensores do comportamento operante definem a auto-regulação fora da existência, rebatizando-a de “controle de estímulos” e situando-a no ambiente externo (Catania, 1975). Em minhas réplicas, recoloquei o autocontrole no agente sensível e revisei o crescente *corpus* de estudos sobre os meios em que os indivíduos exercem o autodirecionamento (Bandura, 1971b).

Essa não era uma época favorável para se apresentar uma teoria do comportamento humano baseado na agência. Os psicodinâmicos acreditam que o comportamento é motivado inconscientemente por impulsos e complexos. Os behavioristas acreditam que o comportamento é moldado e influenciado por forças ambientais. A revolução cognitiva foi introduzida com base em uma metáfora de computador. Essa concepção desprovia os seres humanos das capacidades de agência, de uma consciência funcional e de uma identidade pessoal. A mente como manipuladora de símbolo, à semelhança de um computador linear, tornou-se o modelo conceitual para a época. O cognitivismo computadorizado, por sua vez, foi suplantado por modelos paralelos que atuam por meio de subsistemas neuronais interconectados e em camadas múltiplas. Os órgãos sensoriais transmitem informações para uma rede que atua como o maquinário mental que processa os *inputs* e gera *outputs* de forma direta e inconsciente. Não eram os indivíduos, mas suas partes subpessoais, que estavam orquestrando as atividades inconscientemente.

As teorias do controle da motivação e da auto-regulação concentram-se amplamente na correção de erros por meio de circuitos de *feedback* negativo, em uma metáfora mecânica do funcionamento humano. Todavia, a auto-regulação por discrepância negativa conta apenas parte da história, e não a parte mais interessante. A teoria social cognitiva propõe um sistema de duplo controle na auto-regulação – um sistema proativo de produção de discrepâncias em conjunto com um sistema reativo de redução de discrepâncias (Bandura, 1991a). Em uma série de estudos, demonstramos que as pessoas são organismos ambiciosos e proativos, e não apenas reativos. Sua capacidade de prever lhes possibilita exercer o controle antecipadamente, em vez de simplesmente reagir aos efeitos de seus esforços. Elas são motivadas e orientadas pela previsão de metas, e não apenas pela retrospectiva de limitações.

Nesses estudos, as pessoas se motivavam e orientavam por meio do controle proativo, estabelecendo metas desafiadoras e padrões de desempenho difíceis para si mesmas, que criavam discrepâncias negativas a serem dominadas. Mobilizavam seus esforços e recursos pessoais com base em uma estimativa do que seria necessário para satisfazer esses padrões. O controle reativo entrou em jogo em ajustes subseqüentes do esforço para alcançar os objetivos desejados. Após as pessoas alcançarem as metas que vinham buscando, aquelas que tinham uma percepção elevada de eficácia estabeleceram um padrão mais alto para si mesmas (Bandura e Cervone, 1986). A adoção de outros desafios criou novas discrepâncias motivadoras a serem dominadas.

Powers (1991), o principal defensor da teoria do controle, não aceitou uma teoria da auto-regulação governada pela antecipação e por auto-reações afetivas. Nessa visão, o organismo humano não é “nada mais do que uma conexão entre um conjunto de quantidades físicas do ambiente (quantidade de *input*) e outro conjunto de quantidades físicas do ambiente (quantidade de *output*)” (Powers, 1978, p. 421). Os processos cognitivos e afetivos eram con-

siderados irrelevantes, pois “não se está modelando o interior do sujeito” (p. 432). Avaliamos a adequação desse rígido modelo mecânico da mesma maneira que muitas teorias do controle que assumem diferentes formas, dependendo da mistura de fatores sociocognitivos enxertados no circuito de *feedback* negativo (Bandura, 1991b; Bandura e Locke, 2003).

O objetivo da construção de teorias é identificar um pequeno número de princípios que possam explicar uma variedade de fenômenos. No interesse da generalidade abrangente, a teoria social cognitiva concentra-se em princípios integrativos os quais operam em diferentes esferas do funcionamento. A generalidade do componente auto-regulador na teoria social cognitiva foi corroborada pelas aplicações variadas desse conhecimento no desenvolvimento educacional, na promoção da saúde, na regulação do afeto, no desempenho atlético e no funcionamento organizacional (Bandura, 1997, 1999, 2004c; Frayne e Latham, 1987; Zimmerman, 1989).

As subfunções componentes que governam a produtividade do comportamento atuam de maneira semelhante no exercício da agência moral (Bandura, 1991c). Após as pessoas adotarem um padrão de moralidade, suas auto-sanções, para atos que obedeçam ou violem seus padrões pessoais, servem como uma auto-influência regulatória. As pessoas fazem coisas que lhes trazem satisfação pessoal e um sentido de valor pessoal e não agem de maneira que violem seus padrões morais, pois isso faria com que desaprovassem a si mesmas.

Entretanto, os padrões morais não atuam como reguladores internos fixos da conduta. Existem diversos mecanismos psicossociais pelos quais a aceitação pessoal moral é desengajada seletivamente da conduta desumana. O desengajamento pode implicar em tornar pessoal e socialmente aceitáveis práticas prejudiciais, representando-as como algo que tem propósitos válidos, exonerando a comparação social e transformando a linguagem. Ela pode se concentrar em obscurecer a agência pessoal, por meio da difusão e da transferência da responsabilidade, fazendo com que agressores não se considerem responsáveis pelo mal que causam, podendo também diminuir, distorcer ou até questionar o dano causado por seus atos prejudiciais. E pode desumanizar e culpar as vítimas por terem atraído os maus-tratos para si mesmas.

Nossa análise da agência moral mostrou que o desengajamento moral seletivo atua no nível dos sistemas sociais, e não apenas individualmente. As organizações muitas vezes se encontram em impasses morais, quando seus membros realizam atividades ou produtos que lhes trazem lucros ou outros benefícios com custos prejudiciais para outras pessoas. As auto-exonerações são necessárias para neutralizar a censura pessoal e preservar o sentido de valor pessoal. Analisamos a forma que o desengajamento moral assume e as justificativas de exoneração e arranjos sociais que facilitam o seu uso em diferentes práticas empresariais nocivas (Bandura, 1999, 2004a; Bandura, Caprara e Zsolnai, 2002).

A generalidade do aspecto auto-regulador da teoria social cognitiva também foi ilustrada em aplicações desse conhecimento para os efeitos psicossociais

de disfunções na auto-regulação. Dependendo da esfera de enfrentamento, as disfunções na auto-regulação podem abrir caminho para a conduta transgressora, abuso de substâncias, transtornos alimentares e depressão crônica (Bandura, 1976, 1997).

## **A EXTENSÃO TEÓRICA COM O COMPONENTE DA AUTO-EFICÁCIA**

Quando entrei para o campo da psicologia, a teoria psicodinâmica, especialmente a forma psicanalítica, reinava sobre os campos da personalidade, da psicoterapia e da cultura pop. Os anos que se passaram em meados da década de 1950 testemunharam uma crescente desilusão com essa linha de teorização e seu modo de tratamento. A teoria não tinha poder preditivo e tinha pouca efetividade terapêutica. Durante esse período, eu estava investigando os mecanismos auto-reguladores pelos quais as pessoas exercem controle sobre a motivação, estilos de pensamento e vida emocional. Como parte dessa linha de pesquisa sobre o desenvolvimento e o exercício da agência pessoal, criamos novos modos de tratamento, usando as experiências de domínio como o principal veículo de mudança. A fala por si só não cura problemas muito difíceis. Por meio de domínio orientado cultivávamos competências, estilos de enfrentamento e crenças pessoais que proporcionavam que as pessoas exercessem controle sobre as ameaças que percebiam.

Inicialmente, testamos a efetividade dessa abordagem capacitante com diversos indivíduos com fobia a cobras. Quando as pessoas evitavam aquilo que temiam, elas perdiam o contato com a realidade que evitavam. O domínio orientado rapidamente restaura o teste da realidade de duas maneiras, proporcionando testes para os indivíduos rejeitarem crenças fóbicas, com demonstrações convincentes de que aquilo que os fóbicos temem é seguro. Mais importante ainda, proporciona testes que confirmam que os fóbicos podem exercer controle sobre aquilo que consideram ameaçador.

Fóbicos obstinados, é claro, não estão dispostos a fazer o que temem. Portanto, criamos condições ambientais que possibilitavam que os fóbicos tivessem sucesso, a despeito de si mesmos. Isso foi possível com uma variedade de materiais de apoio (Bandura, Blanchard e Ritter, 1969; Bandura, Jeffery e Gajdos, 1975). As atividades ameaçadoras eram modeladas repetidamente para demonstrar estratégias de enfrentamento e para rejeitar os principais temores das pessoas. Tarefas intimidantes eram reduzidas a subtarefas graduais, com passos de domínio fácil. O tratamento era conduzido dessa forma gradual até que as atividades mais intimidantes fossem dominadas. O fato de executarem o comportamento juntamente com o terapeuta proporcionava que pessoas assustadas fizessem coisas que se recusavam a fazer sozinhas. Outro método para superar a resistência era solicitar que os fóbicos realizassem a atividade por um período curto de tempo. À medida que se mostravam mais destemidos, o período de engajamento era estendido. Após a restauração total do funcionamen-

to normal, havia atividades autodirigidas de domínio, nas quais os clientes lidavam com versões diferentes da ameaça por conta própria, sob condições variadas.

Esse tratamento se mostrou bastante poderoso, produzindo um robusto senso de eficácia de enfrentamento, transformando atitudes com objetos fóbicos, de repugnância, em emoções positivas, eliminando a ansiedade, as reações biológicas de estresse e o comportamento fóbico. Os fóbicos tinham pesadelos recorrentes há 20 ou 30 anos. O domínio orientado transformou a atividade de sonhar e acabou com os pesadelos crônicos. Quando uma mulher adquiriu domínio sobre sua fobia de cobras, ela sonhou que uma jibóia ficava sua amiga e a ajudava a lavar os pratos, e os répteis em seguida desapareceram de seus sonhos. As mudanças foram duradouras. Os fóbicos que haviam tido apenas melhoras parciais com modos alternativos de tratamento tiveram recuperação total com o benefício do tratamento de domínio orientado, independentemente da gravidade de suas disfunções fóbicas (Bandura et al., 1969; Biran e Wilson, 1981; Thase e Moss, 1976).

Com a década de 1960, vieram grandes mudanças na explicação e na modificação do funcionamento e mudança humanas (Bandura, 2004b). A *análise causal* voltou-se da dinâmica psíquica para a dinâmica psicossocial transacional. O funcionamento humano passou a ser interpretado como o produto da inter-relação dinâmica entre influências pessoais, comportamentais e ambientais. As *práticas de rotulação social* com relação aos problemas da vida mudaram. O comportamento problemático era considerado um comportamento divergente, em vez de um sintoma de doenças psíquicas. A *análise funcional* do comportamento humano substituiu a rotulação diagnóstica que categorizava as pessoas em tipos psicopatológicos, com conseqüências estigmatizantes. *Estudos de laboratório e de campo controlados* sobre os determinantes do comportamento humano e os mecanismos pelos quais estes atuavam substituíram a análise do conteúdo de entrevistas. *Tratamentos orientados para a ação* substituíram as entrevistas interpretativas. Os *modos de tratamento* foram alterados no conteúdo, *lócus* e agentes de mudança.

Em uma década, o campo se transformou, devido a uma grande mudança paradigmática (Bandura, 2004b). Foram criados novos modelos conceituais e metodologias analíticas, e foram lançados novos periódicos voltados para o fluxo crescente de interesses. Surgiram novas organizações para o avanço das abordagens de orientação comportamental, e novas convenções profissionais proporcionavam um fórum para a troca de idéias.

Os psicodinâmicos não apenas consideravam esses novos modos de tratamento superficiais, mas perigosos. Fui convidado para apresentar nosso programa de pesquisa na clínica Langley Porter, em São Francisco, um reduto dos psicodinâmicos. A sessão começou com uma afrontosa introdução do fato de que “esse jovem recém-chegado quer dizer a nós, analistas experientes, como curar fobias!” Expliquei que a “generosa” apresentação do meu anfitrião lembrava-me um campeonato de futebol americano entre as universidades de Iowa e Notre Dame, realizado em South Bend. Iowa marcou um *touchdown*, que



empatou a partida. Quando o jogador correu para marcar o ponto extra, o técnico Evashevski virou para o seu assistente e disse: “*Lá vai uma alma corajosa, um protestante tentando uma conversão diante de 50 mil católicos!*”

Nem todos os críticos do modelo psicodinâmico depositam suas preces no mesmo altar teórico. Alguns tomaram a rota operante, que proporcionava a melhor visão da terra prometida. Outros seguiram a rota sociocognitiva. Vigorosas batalhas foram travadas por causa dos determinantes cognitivos e sua legitimidade científica (Bandura, 1995, 1996). Os analistas operantes adotam a visão de que a única atividade científica legítima é a que relaciona eventos ambientais observáveis diretamente com eventos comportamentais observáveis (Skinner, 1977).

Dois tipos de teorias promovem os avanços científicos (Nagel, 1961). A primeira forma procura relações entre eventos diretamente observáveis, mas rejeita os mecanismos que contribuem para os eventos observáveis. A segunda, tem o foco nos mecanismos que explicam as relações funcionais entre os eventos observáveis. A disputa pelos determinantes cognitivos não dizia respeito à legitimidade das causas interiores, mas aos tipos de determinantes interiores que são favorecidos (Bandura, 1996). Por exemplo, os analistas operantes cada vez mais atribuem o ônus da explicação a determinantes localizados dentro do organismo, ou seja, a história implantada de reforçamento. A história implantada é uma causa interior inferida, e não uma causa diretamente observável. A disputa sobre os determinantes interiores não se dá exclusivamente entre behavioristas e cognitivistas. Há uma fissura crescente entre os analistas operantes com relação à mudança de ênfase em seu próprio modelo conceitual, de modelos de controle baseado no ambiente, para o controle baseado no organismo (Machado, 1993).

Minha entrada no campo da auto-eficácia deu-se por acaso. No desenvolvimento e avaliação do tratamento de domínio orientado, concentramo-nos em três processos fundamentais: o poder do tratamento para promover mudanças psicossociais, a generalidade ou alcance das mudanças efetuadas e sua durabilidade ou manutenção. Após demonstrar o poder desse modo de tratamento em cada uma dessas dimensões avaliativas, explorei a possibilidade de uma outra função – o poder de um tratamento de criar resiliência em experiências adversas. O processo de aumentar a resiliência baseia-se no seguinte raciocínio: a capacidade de uma experiência adversa de restabelecer as disfunções depende amplamente do padrão de experiências em que se insere, em vez de depender unicamente de suas propriedades. Muitas experiências neutras ou positivas podem neutralizar o impacto negativo de um evento adverso e impedir a disseminação dos efeitos negativos. Para testar essa noção, após o funcionamento ser plenamente restaurado, os ex-fóbicos tiveram ou não o benefício de experiências de domínio autodirigido com diferentes versões da ameaça.

Em uma avaliação de acompanhamento, os participantes expressaram uma profunda gratidão por se livrar de sua fobia, mas explicaram que o tratamento tinha um impacto muito mais profundo. Por 20 a 30 anos, suas vidas haviam sido debilitadas, do ponto de vista social, recreacional e ocupacional. Eles eram

perseguidos por pesadelos recorrentes e ruminções perturbadoras. Superar em algumas horas um temor fóbico que havia limitado e atormentado suas vidas era uma experiência transformadora, que alterava radicalmente suas crenças em sua eficácia para exercer o controle sobre suas vidas. Eles agiam segundo sua nova crença de auto-eficácia e, desfrutavam, para sua própria surpresa, de sucesso. Esses resultados preliminares apontam para um mecanismo comum, por meio do qual se exerce a agência pessoal.

Preparei um programa de pesquisa multifacetado para adquirir uma compreensão mais profunda da natureza e do funcionamento desse sistema de crenças. Para orientar essa nova missão, a teoria abordava os principais aspectos da auto-eficácia percebida (Bandura, 1997), incluindo as origens das crenças de eficácia, suas estruturas e funções, seus efeitos diversos, os processos pelos quais produzem tais efeitos, além dos modos de influência em que as crenças de eficácia podem ser criadas e fortalecidas para a mudança pessoal e social. Diversas linhas de pesquisa, adotadas por uma variedade de pesquisadores, forneceram novas visões do papel da auto-eficácia percebida nos campos da educação, promoção da saúde e prevenção de doenças, disfunções clínicas (como os transtornos da ansiedade, depressão, transtornos alimentares, abuso de substâncias), realizações atléticas pessoais e de equipe, funcionamento organizacional, e da eficácia de nossos sistemas sociais e políticos para fazer a diferença em nossas vidas (Bandura, 1995, 1997; Schwarzer, 1992; Maddux, 1995).

Uma questão importante em qualquer teoria da regulação cognitiva da motivação, afeto e ação diz respeito à causalidade. Uma variedade de estratégias comportamentais foi usada para verificar que as crenças de eficácia pessoal funcionam como determinantes de ações, em vez de ser simples reflexos secundários delas (Bandura, 1997; Bandura e Locke, 2003).

O campo da personalidade está profundamente arraigado na visão de traço que caracteriza os indivíduos em grupos de comportamentos habituais, mensurados por descritores comportamentais descontextualizados em medidas globais de “tamanho único”. Nessa abordagem, a taxonomia comportamental substituiu estruturas, processos e funções auto-referentes. Os grupos comportamentais são tratados como determinantes reais da personalidade. Em um capítulo sobre a *teoria social cognitiva da personalidade*, argumentei que os determinantes da personalidade residem em processos de agência pessoal, e não em agrupamentos comportamentais (Bandura, 1999).

Recebi um fluxo contínuo de *e-mails* solicitando meu instrumento multiuso para mensurar a auto-eficácia ou alguns traços que pudessem ser inseridos como itens de um questionário global. Dessa forma, outra entrada na agenda de pesquisa foi diferenciar o modelo de agência da personalidade e o modelo de traço (Bandura, 1999). Isso também exigiu eliminar concepções equivocadas dos constructos. A *auto-eficácia*, como julgamento da capacidade pessoal, não significa *auto-estima*, que é um julgamento do amor-próprio, e nem *locus de controle*, que é a crença se os resultados são causados pelo comportamento ou por forças externas.

## O MODELO TRIÁDICO DA AGÊNCIA HUMANA

A teorização e a pesquisa sobre a agência humana são quase exclusivamente centradas no exercício individual da agência humana. Todavia, essa não é a única forma em que as pessoas influenciam os eventos que afetam o modo como vivem. A teoria social cognitiva estabelece uma distinção entre três diferentes modos de agência humana: individual, delegada e coletiva.

As análises precedentes giravam em torno da natureza da agência pessoal direta e dos processos cognitivos, motivacionais, afetivos e de escolha, pelos quais ela é exercida para produzir determinados efeitos. Em muitas esferas do funcionamento, as pessoas não têm controle direto sobre as condições sociais e práticas institucionais que afetam suas vidas cotidianas. Nessas circunstâncias, elas buscam o seu bem-estar, segurança e resultados desejados por intermédio da agência delegada. Nesse modo de agência social, as pessoas tentam, de um jeito ou de outro, fazer com que aqueles que tenham acesso a recursos ou conhecimento ou que tenham influência e poder ajam em seu favor para garantir os resultados desejados.

As pessoas não vivem suas vidas de forma autônoma. Muitas das coisas que buscam somente podem ser alcançadas por meio de esforços socialmente interdependentes. Ampliei a concepção da agência humana à agência coletiva, baseada na crença compartilhada das pessoas em suas capacidades conjuntas de produzir mudanças em suas vidas por meio do esforço coletivo (Bandura, 2000, 2001). Isso torna a teoria generalizável para culturas e atividades de orientação coletiva. A teoria da auto-eficácia (Bandura, 1997) diferencia a fonte dos dados (isto é, o indivíduo) e o nível do fenômeno avaliado (isto é, eficácia pessoal ou eficácia de grupo). Não existe uma mente de grupo que crê. A eficácia coletiva percebida reside nas mentes dos membros como crenças em sua capacidade de grupo. Com frequência, como os membros individuais são a fonte do julgamento da eficácia de seu grupo, a avaliação é interpretada incorretamente como o nível individual do fenômeno avaliado. É necessário esclarecer que as avaliações de eficácia pessoal e de grupo representam os diferentes níveis de coletividade, e não a fonte do julgamento.

Dualismos controversos permeiam nosso campo, jogando a autonomia contra a interdependência, o individualismo contra o coletivismo e a agência humana contra a estrutura social, materializada como uma entidade desconectada do comportamento dos indivíduos. Acredita-se amplamente que as teorias ocidentais não podem ser generalizadas para culturas não-ocidentais. Essa afirmação comum deve ser abordada empiricamente.

A maior parte de nossa psicologia cultural baseia-se no culturalismo territorial (Gjerde e Onishi, 2000). Nações são usadas como representantes de orientações psicossociais, que são então atribuídas às nações e seus membros, como se todos pensassem e agissem da mesma forma. Os habitantes do Japão são caracterizados como coletivistas; os dos Estados Unidos, como individualistas. As culturas são sistemas dinâmicos e internamente diversos, e não monó-

litos estáticos. Existe uma diversidade substancial entre sociedades colocadas na mesma categoria (Kim, Triaudis, Kâgitçibasi, Choi e Yoon, 1994). Existem grandes diferenças geracionais, educacionais e socioeconômicas entre os membros de uma mesma cultura (Matsumoto, Kudoh e Takeuchi, 1996).

Análises realizadas entre domínios e classes de relações sociais revelaram que as pessoas agem em comunidade em determinados aspectos de suas vidas e individualmente em muitos outros aspectos (Matsumoto, et al., 1996). Elas expressam condicionalmente suas orientações culturais, mais do que dependem invariavelmente das condições que as incentivem (Yamagishi, 1988). Em decorrência da variabilidade intracultural e entre domínios diferentes e da flexibilidade de orientações culturais como função de condições favoráveis, a abordagem categórica oculta essa grande diversidade. Grande parte da pesquisa transcultural baseia-se em comparações entre duas culturas, geralmente comparando-se os membros de uma cultura coletivista com os de uma cultura individualista. Por causa da notável diversidade, a abordagem dicotômica pode produzir muitas generalizações equivocadas.

As culturas não são entidades monolíticas como também deixaram de ser insulares. A conectividade global está reduzindo a singularidade transcultural. Além disso, as pessoas em todo o mundo estão cada vez mais envolvidas em um cibernundo que transcende o tempo, a distância, o lugar e as fronteiras nacionais. Da mesma forma, influências transnacionais de massa têm homogeneizado certos aspectos semelhantes, polarizando outros e criando muitos híbridos culturais, e fundindo elementos de culturas diversas. Essas novas realidades exigem uma abordagem mais dinâmica aos efeitos culturais e para ampliar os limites de análises transculturais. Essa é outra área em que visões arraigadas desestimularam as pesquisas para testar o alcance da generalização teórica.

A teoria social cognitiva distingue as capacidades humanas básicas e a maneira como a cultura molda tais potencialidades em formas diversas apropriadas para diferentes meios culturais. Por exemplo, os seres humanos desenvolveram uma capacidade avançada de aprendizagem observacional, que é essencial para o seu desenvolvimento pessoal e funcionamento, independentemente da cultura em que as pessoas vivem. De fato, em muitas culturas, a palavra que significa “*ensinar*” é a mesma usada para “*mostrar*” (Reichard, 1938). A modelação é uma capacidade humana universalizada. Mas aquilo que é modelado, a maneira em que as suas influências são estruturadas socialmente e os propósitos que elas têm variam em diferentes meios culturais (Bandura e Walters, 1963).

Revisei os resultados de um número crescente de estudos que testavam a estrutura e o papel funcional de crenças de eficácia em diversos meios culturais, com uma ampla variedade de faixas etárias, gênero e diferentes esferas do funcionamento (Bandura, 2002b). Os resultados mostram que um forte senso de eficácia tem seu valor funcional generalizado, independentemente das condições culturais (Early, 1993, 1994; Matsui e Onglatco, 1992; Park et

al., 2000). Existe pouco valor evolutivo em ser imobilizado por dúvidas pessoais e pela percepção de futilidade dos próprios esforços. Contudo, a maneira como as crenças de eficácia são desenvolvidas e estruturadas, as formas que assumem, as maneiras em que são exercidas e os propósitos a que se aplicam variam transculturalmente. Em suma, há algo semelhante nas capacidades de agência e nos mecanismos básicos de operação, mas há diversidade na culturalização dessas capacidades inerentes.

## **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE TEORIAS**

Gostaria de concluir com alguns comentários gerais com relação ao processo de construção de teorias e progresso do conhecimento. Os teóricos teriam de ser oniscientes para fornecer uma explicação final para o comportamento humano logo no início. Eles começam necessariamente com uma teoria incompleta, envolvendo os determinantes de fenômenos selecionados e dos mecanismos pelos quais esses determinantes atuam. Existem poucos ou nenhum fator psicossocial que produza efeitos de forma incondicional. A pluralidade dos determinantes do comportamento humano, sua intrincada condicionalidade e a interatividade dinâmica acrescentam complexidade à identificação de relações funcionais, que não podem ser elucidadas apenas pela análise intuitiva. As formulações iniciais levam a linhas de experimentação que ajudam a melhorar a teoria. Aperfeiçoamentos teóricos sucessivos nos aproximam do entendimento dos fenômenos de interesse.

Este capítulo traçou a evolução da teoria social cognitiva e a maneira em que ela expandiu o seu alcance, generalidade e aplicações sociais. A exposição completa da teoria, que vai além dos limites deste capítulo, especifica como os determinantes e mecanismos básicos atuam em conjunto no autodesenvolvimento, adaptação e mudança humanos (Bandura, 1986). A construção de teorias tem um lugar social, em vez de ocorrer isoladamente. Portanto, acrescentei os contextos conceituais em que a teoria social cognitiva evoluiu como parte de minha crônica.

Existe muita idealização em pronunciamentos sobre como a ciência é conduzida. Um grupo proeminente de cientistas sociais fez um retiro nas montanhas para preparar um relatório sobre como construíam suas teorias. Após alguns dias de demonstrações idealizadas, eles começaram a confessar que não construíam suas teorias por formalismo dedutivo. Um problema despertava o seu interesse. Eles tinham algumas idéias preliminares que sugeriam experimentos para testá-las. Os resultados dos testes de verificação levavam a aperfeiçoamentos em sua concepção, que, por sua vez, levava a outros experimentos que poderiam fornecer outras idéias sobre os determinantes e os mecanismos que governam os fenômenos de interesse. A construção de teorias é uma atividade difícil e demorada, inadequada para pessoas apressadas. A versão formal da teoria, que aparece impressa, é o produto modificado de uma

longa interação entre a atividade indutiva empírica e a atividade dedutiva conceitual.

A verificação dos efeitos deduzidos é central à investigação experimental. As ciências sociais enfrentam grandes obstáculos no desenvolvimento do conhecimento teórico. As abordagens experimentais controladas ajudam a verificar relações funcionais, mas o alcance é bastante limitado, sendo obstruídas por fenômenos que não podem ser reproduzidos no laboratório, pois tais fenômenos exigem um período longo de desenvolvimento, são produto de constelações de influências de diferentes fontes sociais que operam de forma interativa, ou são proibidas do ponto de vista ético.

Os estudos de campo controlados que alteram fatores psicossociais sistematicamente em condições da vida real proporcionam maior validade ecológica, mas também têm alcance limitado. Recursos finitos, limites impostos por sistemas sociais sobre os tipos de intervenções que permitem, flutuações difíceis de controlar na qualidade da implementação e considerações éticas impõem restrições em intervenções de campo controladas. Dessa forma, a experimentação no campo deve ser complementada com uma investigação das variações naturais no funcionamento psicossocial, relacionadas com determinantes identificáveis (Nagel, 1961), abordagem esta indispensável nas ciências sociais.

A verificação de relações funcionais exige evidências convergentes de diferentes estratégias de pesquisa. Portanto, no desenvolvimento da teoria social cognitiva, empregamos estudos de laboratório controlados, estudos de campo controlados, estudos longitudinais, modificação comportamental de disfunções humanas que não possam ser reproduzidas por razões éticas e análises de relações funcionais em fenômenos naturais. Esses estudos envolvem populações de características sociodemográficas diversas, metodologias analíticas múltiplas, aplicadas em diferentes esferas do funcionamento e em meios culturais diversos.

Os testes empíricos de uma teoria envolvem a teoria básica, um conjunto de pressupostos auxiliares, operações que supostamente criam as condições relevantes e as medidas que supostamente avaliam os fatores fundamentais. Portanto, não é apenas a teoria básica que é colocada em teste. Evidências de discrepâncias entre os resultados teorizados e observados produzem ambigüidade com relação ao que falta nessa mistura complexa. Considerando-se a complexidade causal do comportamento humano, as graves limitações em experimentos controlados e a união da teoria básica com seus complementos, condições e medidas, os quais devem estar bem-fundamentados, a noção de que um único caso em contrário rejeita uma teoria é uma ilusão pretensiosa. Porém, essas dificuldades inerentes não são causa para resignação e desânimo na investigação. As teorias psicológicas diferem em sua capacidade preditiva e operacional. Um programa de pesquisa científica pode melhorar uma teoria para prever o comportamento humano e para promover melhoras na condição humana. As teorias fracas não são descartadas porque estão erradas, mas porque foram enfraquecidas por tantas condições

limitantes que têm pouco valor preditivo ou operacional. Quando existem alternativas teóricas melhores, pouco há para se ganhar perseguindo a veracidade ou falsidade de uma teoria que pode, no máximo, explicar o comportamento em uma variedade muito limitada de condições e tem pouco a dizer sobre como efetuar mudanças psicossociais.

Uma coisa é produzir idéias inovadoras que sejam promissoras, outra é publicá-las. Assim, o processo de publicação merece comentários breves das trincheiras. Os pesquisadores têm muitas cicatrizes psíquicas de combates inevitáveis com revisores de periódicos. Isso representa um problema especial quando há consangüinidade conceitual nas comissões editoriais. O caminho para as realizações inovadoras é repleto de dificuldades e rejeições editoriais.

Não é incomum autores de clássicos científicos vivenciarem repetidas rejeições iniciais a seus trabalhos, algumas vezes, geralmente com ornamentos hostis quando discordam demais do que está em voga (Campanario, 1995). Posteriormente, essas contribuições intelectuais se tornam os pilares do campo de estudo. Por exemplo, John Garcia, que foi exaltado posteriormente por suas descobertas psicológicas fundamentais, uma vez ouviu de um revisor que costumava rejeitar os seus originais que era mais improvável encontrar o fenômeno que ele descrevia do que excremento de pássaros em um relógio cuco.

Gans e Shepherd (1994) solicitaram que economistas importantes, incluindo ganhadores do prêmio Nobel, descrevessem suas experiências com o processo de publicação. Sua solicitação causou um derrame catártico de narrativas de problemas com o processo de publicação, mesmo com suas contribuições seminais. As dificuldades de publicação são uma parte inevitável, mas frustrante da atividade de pesquisa. Na próxima vez que um de seus projetos, idéias ou originais for rejeitado, não se desespere muito. Conforte-se com o fato de que aqueles que chegaram à fama tiveram muita dificuldade. Em seu agradável livro *Rejection*, John White (1982) documenta de forma vívida que as principais características de pessoas que alcançam o sucesso em buscas desafiadoras é um sentido inabalável de eficácia e uma firme crença no valor daquilo que estão fazendo. Esse sistema de crenças proporciona a força necessária frente a fracassos, retrocessos e rejeições impiedosas.

Na tentativa de aumentar as possibilidades de sucesso no corredor polonês da publicação, os autores cada vez mais utilizam incontáveis citações e adicionam constructos de diferentes teorias. Com freqüência, a abordagem eclética aditiva passa como uma teorização integrativa, supostamente combinando o melhor de diferentes abordagens, mas é difícil encontrar uma teoria coerente na mistura conceitual. Para reduzir a proliferação crescente de citações, o novo editor de um importante jornal de psicologia impôs um limite de itens que podem ser citados em um artigo. O progresso científico pode ser melhor alcançado abrangendo fatores plenamente superiores dentro de um arcabouço teórico unificado, do que criando-se modelos aglomerados de constructos advindos de teorias divergentes, com os problemas da redundância, fracionamento e desconexão teórica.

A construção de teorias não é uma vocação para indivíduos fracos. Os teóricos devem estar preparados para ver suas concepções e resultados empíricos ser desafiados, interpretados incorretamente ou ridicularizados, às vezes com ornamentações *ad hominem*. Por exemplo, muitas vezes, divirto-me ao me ver mal-interpretado como um behaviorista ortodoxo e um mentalista dualista! (Bandura e Bussey, 2004). Os teóricos diferem no grau em que permitem que caracterizações controvertidas penetrem em seus espaços. Eysenck raramente deixava críticas sem resposta. Skinner raramente as respondia. De minha parte, tento resistir ao impulso de responder, a menos que possa aumentar a compreensão das questões colocadas. Isso é difícil, sabendo-se que uma crítica equivocada sem resposta será lida por muitos que podem concordar com ela.

Fala-se muito da validade das teorias, mas, de maneira surpreendente, pouca atenção é dedicada para a sua utilidade social. Por exemplo, se os cientistas aeronáuticos desenvolvessem princípios de aerodinâmica em testes com túneis de vento, mas não conseguissem construir um avião que pudesse voar, o valor da teorização seria questionado. As teorias são instrumentos preditivos e operacionais. Em última análise, a avaliação de um experimento científico em ciências sociais estará amplamente baseada em sua utilidade social.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, J.R. *Cognitive psychology and its implications*. San Francisco: Freeman, 1980.
- AUSTIN, J.H. *Chase, chance, and creativity: the lucky art of novelty*. New York: Columbia University, 1978.
- BAER, D.M.; PETERSON, R.F.; SHERMAN, J.A. The development of imitation by reinforcing behavioural similarity to a model. *Journal of the Experimental Analysis of Behaviour*, v.10, p.405-416, 1967.
- BANDURA, A. A social cognitive theory of personality. In: PERVIN, L.; JOHN, O. (Ed.). *Handbook of personality*. 2nd ed. New York: Guilford, 1999. p.154-196.
- \_\_\_\_\_. Analysis of modeling processes. In: BANDURA, A. (Ed.). *Psychological modeling: conflicting theories*. Chicago: Aldine-Atherton, 1973.
- \_\_\_\_\_. Comments on the crusade against the causal efficacy of human thought. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, v.26, p.179-190, 1995.
- \_\_\_\_\_. Exercise of human agency through collective efficacy. *Current Directions in Psychological Science*, v.9, p.75-78, 2000.
- \_\_\_\_\_. Exploration of fortuitous determinants of life paths. *Psychological Inquiry*, v.9, p.95-99, 1998.
- \_\_\_\_\_. Going global with social cognitive theory: from prospect to paydirt. In: DONALDSON, S.I.; BERGER, D.E.; PEZDEK, K. (Ed.). *The rise of applied psychology: new frontiers and rewarding careers*. Mahwah: Lawrence Erlbaum. No prelo.
- \_\_\_\_\_. Growing primacy of human agency in adaptation and change in the electronic era. *European Psychologist*, v.7, p.2-16, 2002a.
- \_\_\_\_\_. Health promotion by social cognitive means. *Health Education and Behavior*, v.31, p.143-164, 2004c.



- \_\_\_\_\_. Human agency: the rhetoric and the reality. *American Psychologist*, v.46, p.157-162, 1991b.
- \_\_\_\_\_. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*, v.3, p.193-209, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ontological and epistemological terrains revisited. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, v.27, p.323-345, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969.
- BANDURA, A. (Ed.) *Psychological modeling: conflicting theories*. New York: Aldine-Atherton, 1971a.
- \_\_\_\_\_. Selective exercise of moral agency. In: THORKILDSEN, T.A.; WALBERG, H.J. (Ed.). *Nurturing morality*. New York: Kluwer, 2004a. p.37-57.
- \_\_\_\_\_. *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: Freeman, 1997.
- \_\_\_\_\_. Self-reinforcement: theoretical and methodological considerations. *Behaviorism*, v.4, p.135-155, 1976.
- \_\_\_\_\_. Social cognitive theory: an agentic perspective. *Annual Review of Psychology*. Palo Alto: Annual Reviews, 2001. v.52, p.1-26.
- \_\_\_\_\_. Social cognitive theory in cultural context. *Journal of Applied Psychology: An International Review*, v.51, p.269-290, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Social cognitive theory of moral thought and action. In: KURTINES, W.M.; GEWIRTZ, J.L. (Ed.). *Handbook of moral behavior and development*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1991a. v.1.
- \_\_\_\_\_. *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.
- \_\_\_\_\_. Swimming against the mainstream: the early years from chilly tributary to transformative mainstream. *Behavioral Research and Therapy*, v.42, p.613-630, 2004b.
- \_\_\_\_\_. The evolution of social cognitive theory. In SMITH, K.G.; HITT, M.A. (Ed.). *The Oxford handbook of management theory: the process of theory development*. Oxford: Oxford University. No prelo.
- \_\_\_\_\_. The psychology of chance encounters and life paths. *American Psychologist*, v.37, p.747-755, 1982.
- \_\_\_\_\_. Vicarious and self-reinforcement processes. In: GLASER, R. (Ed.). *The nature of reinforcement*. New York: Academic Press, 1971b. p.228-278.
- \_\_\_\_\_. Vicarious processes: a case of no-trial learning. In: BERKOWITZ, L. (Ed.). *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, 1965. v.2, p.1-55.
- BANDURA, A.; BARAB, P.G. Conditions governing nonreinforced imitation. *Developmental Psychology*, v.5, p.244-255, 1971.
- BANDURA, A.; BUSSEY, K. On broadening the cognitive, motivational, and sociostructural scope of theorizing about gender development and functioning: a reply to Martin, Ruble, and Szkrybalo. *Psychological Bulletin*, v.130, p.691-701, 2004.
- BANDURA, A.; LOCKE, E. Negative self-efficacy and goal effects revisited. *Journal of Applied Psychology*, v.88, p.87-99, 2003.
- BANDURA, A.; ROSENTHAL, T.L. Psychological modeling: theory and practice. In: Garfield, S.L.; BERGIN, A.E. (Ed.). *Handbook of psychotherapy and behavior change*. 2nd ed. New York: Wiley, 1978. p.621-658.
- BANDURA, A.; WALTERS, R.H. *Social learning and personality development*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1963.
- BANDURA, A.; BLANCHARD, E.B.; RITTER, B. Relative efficacy of desensitization and modeling approaches for inducing behavioral, affective, and attitudinal changes. *Journal of Personality and Social Psychology*, v.13, p.173-199, 1969.

- BANDURA, A.; CAPRARA, G.V.; ZSOLNAI, L. Corporate transgressions. In: ZSOLNAI, L. (Ed.). *Ethics in the economy: handbook of business ethics*. Oxford: Peter Lang, 2002. p.151-164.
- BANDURA, A.; CERVONE, D. Differential engagement of self-reactive influences in cognitive motivation. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v.38, p.92-113, 1986.
- BANDURA, A.; JEFFERY, R.W.; GAJDOS, E. Generalizing change through participant modeling with self-directed mastery. *Behaviour Research and Therapy*, v.13, p.141-152, 1975.
- BANDURA, A.; ROSS, D.; ROSS, S.A. A comparative test of the status envy, social power, and secondary reinforcement theories of identificatory learning. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v.67, p.527-534, 1963.
- BIRAN, M.; WILSON, G.T. Treatment of phobic disorders using cognitive and exposure methods: a self-efficacy analysis. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, v.49, p.886-899, 1981.
- BOLTON, M.K. Imitation versus innovation: lessons to be learned from the Japanese. *Organizational Dynamics*, p.30-45, 1993.
- BRAITHWAITE, J. A sociology of modeling and the politics of empowerment. *British Journal of Sociology*, v.45, p.445-479, 1994.
- CAMPANARIO, J.M. On influential books & journal articles initially rejected because of negative referees' evaluations. *Science Communication*, v.16, p.304-325, 1995.
- CARROLL, W.R.; BANDURA, A. Representational guidance of action production in observational learning: a causal analysis. *Journal of Motor Behavior*, v.22, p.85-97, 1990.
- \_\_\_\_\_. Role of timing of visual monitoring and motor rehearsal in observational learning of action patterns. *Journal of Motor Behavior*, v.17, p.269-281, 1985.
- \_\_\_\_\_. The role of visual monitoring in observational learning of action patterns: making the unobservable observable. *Journal of Motor Behavior*, v.14, p.153-167, 1982.
- \_\_\_\_\_. Translating cognition into action: the role of visual guidance in observational learning. *Journal of Motor Behavior*, v.19, p.385-398, 1987.
- CATANIA, C.A. The myth of self-reinforcement. *Behaviorism*, v.3, p.192-199, 1975.
- DEBOWSKI, S.; WOOD, R.E.; BANDURA, A. Impact of guided exploration and enactive exploration on self-regulatory mechanisms and information acquisition through electronic search. *Journal of Applied Psychology*, v.86, p.1129-1141, 2001.
- EARLEY, P.C. East meets West meets Mideast: further explorations of collectivistic and individualistic work groups. *Academy of Management Journal*, v.36, p.319-348, 1993.
- \_\_\_\_\_. Self or group? Cultural effects of training on self-efficacy and performance. *Administrative Science Quarterly*, v.39, p.89-117, 1994.
- FRAYNE, C.A.; LATHAM, G.P. Application of social learning theory to employee self-management of attendance. *Journal of Applied Psychology*, v.72, p.387-392, 1987.
- GANS, J.S.; SHEPHERD, G.B. How are the mighty fallen: rejected classic articles by leading economists. *Journal of Economic Perspectives*, v.8, p.165-179, 1994a.
- GIST, M.E. The influence of training method on self-efficacy and idea generation among managers. *Personnel Psychology*, v.42, p.787-805, 1989.
- GIST, M.E.; BAVETTA, A.G.; STEVENS, C.K. Transfer training method: Its influence on skill generalization, skill repetition, and performance level. *Personnel Psychology*, v.43, p.501-523, 1990.
- GIST, M.E.; SCHWOERER, C.; ROSEN, B. Effects of alternative training methods on self-efficacy and performance in computer software training. *Journal of Applied Psychology*, v.74, p.884-891, 1989.
- GJERDE, P.F.; ONISHI, M. In search of theory: the study of 'ethnic groups' in developmental psychology. *Journal of Research on Adolescence*, v.10, p.291-299, 2000.

- HARRIS, M.B.; EVANS, R.C. Models and creativity. *Psychological Reports*, v.33, p.763-769, 1973.
- KIM, U. et al. *Individualism and collectivism: theory, method, and applications*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- MACHADO, A. Internal states: necessary but not sufficient. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, v.60, p.469-472, 1993.
- MADDUX, J.E. *Self-efficacy, adaptation, and adjustment: theory, research and application*. New York: Plenum, 1995.
- MATSUI, T.; ONGLATCO, M.L. Career self-efficacy of the relation between occupational stress and strain. *Journal of Vocational Behavior*, v.41, p.79-88, 1992.
- MATSUMOTO, D.; KUDOH, T.; TAKEUCHI, S. Changing patterns of individualism and collectivism in the United States and Japan. *Culture & Psychology*, v.2, p.77-107, 1996.
- MEICHENBAUM, D. Teaching thinking: a cognitive- behavioral perspective. In: GLASER, R.; CHIPMAN, S.; SEGAL, J. (Ed.). *Thinking and learning skills: research and open questions*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1984. v.2, p.407-426.
- MILLER, N.E.; DOLLARD, J. *Social learning and imitation*. New Haven: Yale University, 1941.
- NAGEL, E. *The structure of science*. New York: Harcourt, Brace and World, 1961.
- PARK, Y.S. et al. Causes and consequences of life-satisfaction among primary, junior high, and senior high school students. *Korean Journal of Health Psychology*, v.5, n.1, p.94-118, 2000.
- PASTORELLI, C. et al. The structure of children's perceived self-efficacy: a cross-national study. *European Journal of Psychological Assessment*, v.17, p.87-97, 2001.
- POINDEXTER, D.O. A history of entertainment-education, 1958-2000: The origins of entertainment-education. In: SINGHAL, A. et al. (Eds.). *Entertainment-education and social change: history, research, and practice*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2004. p.21-38.
- PORRAS, J.I. et al. Modeling-based organizational development: a longitudinal assessment. *Journal of Applied Behavioral Science*, v.18, p.433-446, 1982.
- POWERS, W.T. Comment on Bandura's "human agency." *American Psychologist*, v.46, p.151-153, 1991.
- \_\_\_\_\_. Quantitative analysis of purposive systems: some spadework at the foundations of scientific psychology. *Psychological Review Monograph Supplements*, v.85, p.417-435, 1978.
- REICHARD, G.A. Social life. In: BOAS, F. (Ed.). *General anthropology*. Boston, 1938. p.409-486.
- ROGERS, E.M. *Diffusion of innovations*. 4th ed. New York: Free Press, 1995.
- ROSENTHAL, T.L.; ZIMMERMAN, B.J. *Social learning and cognition*. New York: Academic Press, 1978.
- SABIDO, M. *Towards the social use of soap operas*. Artigo apresentado no Instituto de Pesquisa em Comunicação, México, 1981.
- SCHWARZER, R. *Self-efficacy: thought control of action*. Washington, DC: Hemisphere, 1992.
- SKINNER, B.F. Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism*, v.5, p.1-10, 1977.
- THASE, M.E.; MOSS, M.K. The relative efficacy of covert modeling procedures and guided participant modeling on the reduction of avoidance behavior. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, v.7, p.7-12, 1976.
- THORNDIKE, E.L. Animal intelligence: an experimental study of the associative processes in animals. *Psychological Review Monograph Supplements*, v.2, n.4, Whole No. 8, 1898.
- WATSON, J.B. Imitation in monkeys. *Psychological Bulletin*, v.5, p.169-178, 1908.
- YAMAGISHI, T. The provision of a sanctioning system in the United States and Japan. *Social Psychology Quarterly*, v.51, p.265-271, 1988.
- ZIMMERMAN, B.J. A social cognitive view of self-regulated academic learning. *Journal of Educational Psychology*, v.81, p.329-339, 1989.